

Demonstrações Contábeis Regulatórias

Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022
e 31 de dezembro de 2021.
com Relatório do Auditor Independente.

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias.....	7
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	12
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS.....	18
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	19
6. IMOBILIZADO.....	19
7. ENCARGOS SETORIAIS.....	21
8. TRIBUTOS.....	21
9. PROVISÕES.....	21
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
11. RECEITA.....	25
12. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”.....	25
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	26
14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	27
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	28
16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	28
17. NOTAS DE CONCILIAÇÃO.....	34
TERMO DE RESPONSABILIDADE.....	

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias, e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

A Sete Lagoas

Linhas de transmissão em operação – características físicas

Linha de transmissão	Circuito	Tensão (kV) (Não auditado)	Extensão (km) (Não auditado)	Capacidade transformação (MVA) (Não auditado)	Início operação comercial	Vencimento da outorga
Neves 1- Sete Lagoas 4	simples	345	49	1.450	02/06/2014	01/01/2043
Sete Lagoas 4- Três Marias	duplo	345	177	1.450	04/06/2014	01/01/2043

Linhas de transmissão em operação – características financeiras

Linha de Transmissão	Propriedade	RAP Regulatória (jul/23 a jun/24)	RAP Proporcional	Ano de grau da RAP	Mês Reajuste	Índice de Correção
Neves 1 – Sete Lagoas 4	100%	2.039.516	2.039.516	NA	Junho	IPCA
Sete Lagoas 4 – Três Marias	100%	4.026.867	4.026.867	NA	Junho	IPCA

RAP esperada para o exercício – R\$ em moeda corrente

Linha de Transmissão - RAP esperada - ano civil	2022	2021	2024	2025	2026	2027	2028
Neves 1 – Sete Lagoas 4	1.881.814	2.011.991	2.072.665	2.148.798	2.228.772	2.303.425	2.380.455
Sete Lagoas 4 – Três Marias	3.763.358	4.002.026	4.080.116	4.217.734	4.374.710	4.521.242	4.672.438

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de R\$36.857 mil, dividido em 36.857.080 (trinta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e sete mil e oitenta) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado regulatório de R\$3.326 mil em 2023, comparado ao resultado de R\$4.234 mil em 2022 e R\$ 1.433 em 2021. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão Verona.

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta foi de R\$9.948 mil em 2023, em comparação a R\$8.880 mil em 2022, e R\$ 7.979 em 2021 aumento decorrente da atualização anual da Receita Anual Permitida – RAP.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023 o LAJIDA foi de R\$6.272 mil, R\$6.017 mil em 2022 e R\$ 5.571 em 2021 e a margem do LAJIDA foi de 76,49% no mesmo período (80,47% em 2022) e R\$ 74,46% em 2021, conforme demonstrado a seguir:

	2023	2022	2021	Var.% (2023-2022)	Var.% (2022-2021)
Resultado regulatório	3.326	4.234	1.433	(21,45)	195,47
Despesa com IR e CS	1.908	453	1.320	321,19	(65,68)
Depreciação e amortização	2.005	2.337	2.008	(14,21)	16,38
Resultado financeiro	(967)	(1.007)	810	(3,97)	(224,32)
LAJIDA	6.272	6.017	5.571	4,24	8,01

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do resultado de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$7.651 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$383 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.634 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.634 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$3.634 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$3.634 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2023	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	7.651	383	3.634	3.634

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$9.264, seja dada a seguinte destinação:

- R\$463 mil para constituição de reserva legal;
- R\$4.401 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$4.400 mil sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$4.400 mil para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$4.401 mil mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2022	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	9.264	463	4.401	4.400

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.**

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado datado de 14 de junho de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022	2021
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.845	879	155
Investimentos temporários	4	2.606	5.861	-
Concessionárias e permissionárias	5	741	871	853
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		107	142	-
Serviços em curso		130	-	-
Outros ativos		303	425	205
TOTAL DO CIRCULANTE		5.732	8.178	1.213
NÃO CIRCULANTE				
Investimentos temporários	4	-	22	707
Tributos diferidos		878	780	1.272
Imobilizado	6	47.303	40.407	42.402
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		48.281	41.209	44.381
ATIVO TOTAL		54.013	49.387	45.594

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022	2021
CIRCULANTE				
Fornecedores		591	143	165
Impostos, taxas e contribuições	8	193	179	66
Encargos setoriais	7	815	609	-
Dividendos a pagar		7.435	3.801	5.745
Convênio de compartilhamento		157	156	-
Outras contas a pagar		14	14	535
TOTAL DO CIRCULANTE		9.205	4.902	6.511
NÃO CIRCULANTE				
Encargos setoriais		24	-	-
Imposto de renda e contribuição social		607	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		631	-	-
TOTAL DO PASSIVO		9.836	4.902	6.511
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9			
Capital social		36.857	36.857	36.857
Adiantamento para futuro aumento de capital		13.792	13.792	6.792
Reservas de lucros		2.055	1.672	18.445
Prejuízos acumulados		(8.527)	(7.836)	(23.011)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.177	44.485	39.083
PASSIVO TOTAL		54.013	49.387	45.594

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Notas	2023	2022	2021
RECEITA				
Receita de transmissão de energia elétrica	10	9.948	8.880	7.979
TRIBUTOS				
PIS/Pasep		(164)	(147)	-
Cofins		(756)	(676)	-
ENCARGOS – PARCELA “A”				
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	10	(83)	(78)	(69)
Reserva Global de Reversão - RGR		(711)	(471)	(253)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(34)	(31)	(16)
RECEITA LÍQUIDA		8.200	7.477	7.482
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		8.200	7.477	7.482
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"				
Serviços de terceiros	11	(1.344)	(1.215)	(1.741)
Materiais		(412)	(161)	-
Compartilhamento de infraestrutura		(131)	-	-
Provisões operacionais		(2)	-	-
Depreciação e amortização		(2.005)	(2.337)	(2.007)
Seguros		-	-	(91)
Outros custos operacionais		(39)	(84)	(80)
RESULTADO DA ATIVIDADE		4.267	3.680	3.563
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	12	967	1.007	(810)
Despesas financeiras		(14)	(42)	(1.025)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.234	4.687	2.753
Despesa com tributos sobre o lucro	13	(1.908)	(453)	(1.319)
RESULTADO LÍQUIDO		3.326	4.234	1.434

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2023	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.326	4.234	1.434
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>3.326</u>	<u>4.234</u>	<u>1.434</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021

	Capital social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	36.857	-	800	11.404	(16.260)	32.801
Resultado do exercício						
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.792	-	-	-	6.792
Destinação do lucro proposta à AGO:					1.433	1.433
Reserva legal	-	-	409	-	(409)	
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.944)	(1.944)
Dividendos adicionais	-	-	-	5.832	(5.832)	-
Absorção de prejuízos regulatórios	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	36.857	6.792	1.209	17.236	(23.011)	39.083
Aprovação de dividendos adicionais propostos				(5.832)		(5.832)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.000	-	-	-	7.000
Resultado do exercício	-	-	-	-	4.234	4.234
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	463	-	(463)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	4.401	(4.401)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	4.400	(4.400)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	-	(20.205)	20.205	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	36.857	13.792	1.672	-	(7.836)	44.485
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-		
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.326	3.326
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Reserva legal	-	-	383	-	(383)	-
Reserva especial	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.634)	(3.634)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	3.634	(3.634)	-
Absorção/Constituição de prejuízos regulatórios	-	-	-	(3.634)	3.634	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	36.857	13.792	2.055	-	(8.527)	44.177

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	2023	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício	3.326	4.234	1.434
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 13)	1.908	453	1.319
Depreciação e amortização (Nota 11)	2.005	2.337	2.007
Juros sobre empréstimos e financiamentos			1.046
Juros e variações monetárias	(975)	(1.054)	
	<u>6.264</u>	<u>5.970</u>	<u>5.806</u>
(Aumento) Redução de ativos			
Concessionárias e permissionárias	130	(18)	(41)
Tributos compensáveis	(331)	725	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	54	(933)	-
Outros ativos	(13)	(220)	135
	<u>160</u>	<u>(446)</u>	<u>94</u>
(Redução) Aumento de passivos			
Fornecedores	448	(22)	(152)
Impostos, taxas e contribuições	14	113	(1.361)
Encargos regulatórios	230	609	-
Pagamento de juros e empréstimos	-	-	(929)
Convênio de compartilhamento	1	156	-
Taxas regulamentares	-	-	93
Outras obrigações	-	(520)	(185)
	<u>693</u>	<u>336</u>	<u>(2.534)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais	6.797	5.860	3.366
Juros resgatados	898	801	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.080)	(235)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	6.615	6.426	3.366
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações em Investimentos temporários	(6.259)	(23.294)	38
Resgate de Investimentos temporários	9.614	18.371	-
Em Imobilizado (Nota 6)	(9.004)	(3)	23
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.649)	(4.926)	61
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Dividendos pagos (Nota 9g)	-	(7.776)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	7.000	6.792
Amortização de empréstimos			(15.288)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	966	(776)	(8.496)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	966	724	(5.069)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	879	155	(5.224)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.845	879	155
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	966	724	(5.069)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023, 2022 e 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de dezembro de 2010, estabelecida na Avenida Barbacena, n. 1.200, Subsolo 1, Sala12, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP30.190-924. A Companhia tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais reserva, e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

Em 11 de agosto de 2022, Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS emitiu o parecer de acesso RELATÓRIO ONS DTA-2022-PA-0107-R0, autorizando duas novas conexões da Cemig Distribuição no setor de 138kV da SE Sete Lagoas 4, previstas para entrar em operação em maio de 2024.

Atualmente a Concessão da Companhia é constituída pela Subestação Sete Lagoas 4, que possui: 1 banco de transformadores monofásicos + reserva 345/138kV - 375MVA, 1 banco de capacitores em 138kV e 4 saídas de linha em 138kV para atendimento as cargas da Distribuidora.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$3.473 mil, positivo de R\$3.276 mil em 31 de dezembro de 2022 e negativo em 5.298 em 31 de dezembro de 2021. A variação de 2023 se refere a dividendos a pagar e variação em 2022 se refere ao aumento em investimentos temporários.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua

capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.216/2023, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 9.234, para o período de 1º de julho de 2023 a 30 de junho de 2024, R\$ 8.885, para o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023 e R\$ 7.957 para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 14 de junho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia aprovou e autorizou a emissão das Demonstrações Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e do exercício de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e permissionários (contas a receber não faturado); e
- Nota 13 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis regulatórias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Principais práticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de transmissão de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022	2021
Contas bancárias	38	(109)	155
Aplicações financeiras			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	620	-	-
Overnight	1.187	988	-
Total	1.845	879	155

Os Certificados de Depósito Bancário (CDBs) são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – Cetip, que variou 80% em 31 de dezembro de 2023, conforme operação. Para esses CDBs, a Companhia possui operações compromissadas afirmando, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente

As **operações de aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que varia entre 11,42% a.a a 11,65% a.a em 2023, entre 13,62% a.a a 13,64% a.a e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	2023	2022	2021
Circulante			
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	249	644	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	1.633	5.217	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	724	-	-
	2.606	5.861	-
Não circulante			
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	-	707
Debêntures	-	22	-
	-	22	707
	2.606	5.883	707

Os **Certificados de Depósito Bancário** – CDB são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração de 103% a.a a 104,3% a.a do CDI em dezembro de 2023, 103,3% a.a a 104,4% a.a do CDI em dezembro de 2022.

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% a 111,98% do CDI em dezembro de 2023, 103,3% a 110,26% em dezembro de 2022 e entre 105% a e 130% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título. As LFTs que compõem a carteira possuem taxa de remuneração que varia entre 11,83% a.a a 11,85% a.a. em 31 de dezembro de 2023 (13,65% a.a. a 13,88% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variaram entre Taxa Referencial (TR)+1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2022.

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 15 destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades

5. CONSUMIDORES E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes						PDD	Total 2023	Total 2022	Total 2021
	Corrente a vencer		Corrente vencida							
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias				
Transmissão de energia										
Concessionárias e permissionárias	-	-	741	-	-	-	-	741	871	853
TOTAL	-	-	741	-	-	-	-	741	871	853

6. IMOBILIZADO

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Transmissão		55.716	(19.069)	36.647	55.716	(17.065)	38.651
Custo histórico	3,67	55.716	(19.069)	36.647	55.716	(17.065)	38.651
Em curso							
Transmissão		10.756	-	10.756	1.756	-	1.752
TOTAL AIS + AIC		66.472	(19.069)	47.403	57.472	(17.065)	40.403

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2022	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Transmissão					
Terrenos	1.152	1.152	-	1.152	1.152
Edificações, obras civis e barragens	5.803	5.803	(1.858)	3.945	4.140
Máquinas e equipamentos	48.690	48.690	(17.169)	31.521	33.326
Móveis e utensílios	71	71	(42)	29	33
Subtotal	55.716	55.716	(19.069)	36.647	38.651

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2022	Adição	Valor bruto em 31/12/2023	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023	Valor líquido em 31/12/2022
Geração						
Máquinas e equipamentos	-	6.020	6.020	-	6.020	-
Outros	1.752	2.984	2.984	-	4.736	1.752
Subtotal	1.752	9.004	9.004	-	10.756	1.752
Total do ativo Imobilizado	57.468	9.004	66.472	(19.069)	47.403	40.403

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Outros (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Geração								
Terrenos	-	-	1.152	1.152	1.152	-	1.152	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	5.803	5.803	5.803	(1.663)	4.140	-
Máquinas e equipamentos	-	-	48.690	48.690	48.690	(15.364)	33.326	-
Móveis e utensílios	-	-	71	71	71	(38)	33	-
Subtotal	-	-	55.716	55.716	55.716	(17.065)	38.651	-

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2021	Adição (A)	Baixa (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas = (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2022	Valor líquido em 31/12/2021
Geração								
Outros	-	3	-	1.750	1.753	-	1.753	-
Subtotal	-	3	-	1.750	1.753	-	1.753	-
Total do ativo Imobilizado	-	3	-	57.469	57.469	(17.065)	40.407	-

7. ENCARGOS SETORIAIS

	2023	2022	2021
Passivo circulante			
Reserva Global de Reversão - RGR	834	380	128
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1	1	4
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	11	11	11
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	109	227	214
CDE sobre P&D	(140)	(10)	-
	815	609	357
Passivo Não circulante			
CDE sobre P&D	24	-	-
Total do Passivo	839	609	357

8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022	2021
Circulante			
Cofins	48	55	-
PIS/Pasep	10	12	-
INSS	129	107	-
Outros	6	5	-
	193	179	-
TOTAL	193	179	-

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social subscrito é de R\$36.857 mil dividido em 36.857.080 ações ordinárias, em 31 de dezembro de 2022, R\$36.857 mil dividido em 36.857.000 ações ordinária e em 31 de dezembro de 2021, R\$36.857 mil dividido em 36.857.000 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

b) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido estatutário do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2023, 2022 e 2021 foi feito conforme abaixo:

	2023	2022	2021
Dividendos obrigatórios			
Resultado do exercício estatutário	7.651	9.264	8.185
Reserva legal	(383)	(463)	(409)
	7.268	8.801	7.776
Dividendos propostos			
Reserva de retenção de lucros	-	(8.801)	-
Dividendos obrigatórios	(3.634)	-	(1.944)
Dividendos adicionais propostos	(3.634)	-	(5.832)
Total dos dividendos	7.268	8.801	7.776

c) Reservas

Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

Reservas de lucros	2023	2022	2021
Reserva legal	2.055	1.672	1.209
Retenção de lucros	-	-	17.236
	2.055	1.672	18.445

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2022, em reserva especial, parte do lucro líquido, no montante de R\$4.401 mil, a ser pago como dividendo assim que o permitir a situação financeira da Companhia.

Reserva para investimento

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2022, parcela do lucro líquido do exercício, no montante de R\$4.400 mil para ser aplicado em reserva para investimento. Para 2023 foi destinado R\$ 3.364 mil para ser aplicado em reserva para investimento.

d) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 23 de dezembro de 2021, a totalidade das ações nominativas da Companhia foi adquirida pela CEMIG Holding e em 30 de dezembro de 2021, o novo acionista aportou R\$ 6.972 mil (sem a emissão de novas ações nominativas), com o objetivo de liquidar os financiamentos desta contraídos junto ao BNDES. O novo acionista aportou em 2022, o valor de R\$7.000 mil. Em 07 de junho de 2024 houve a integralização do AFAC no valor total de 13.792 mil.

e) Destinação do resultado estatutário de 2023 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$7.651 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$383 para constituição de reserva legal;
- R\$3.634 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.634 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$3.634 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$3.634 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2023	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	7.651	383	3.634	3.634

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2024, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$9.264, seja dada a seguinte destinação:

- R\$463 para constituição de reserva legal;
- R\$4.401 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$4.400 sejam mantidos no patrimônio líquido, na conta de reserva de retenção de lucros, para garantir a execução do programa de investimentos da Companhia.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Sete Lagoas, conforme apresentado pela Administração, os dividendos serão distribuídos da seguinte forma: R\$4.400 para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir; e R\$4.401 mantidos no Patrimônio Líquido, na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir a execução do Programa de Investimentos.

Desta forma, a distribuição de resultados do exercício 2023 da Companhia será realizada conforme a seguir:

Companhia	Lucro Líquido 2022	Reserva Legal (5%)	Distribuição do Resultado	
			Reserva Especial (ref. ao Div. Mín. Obrigatório)	Patrimônio Líquido (Reserva Retenção de Lucros)
Sete Lagoas	9.264	463	4.400	4.401

f) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.745
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2021	(1.944)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.801
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	3.634
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.435

g) Pagamento de dividendos

Considerando a disponibilidade de caixa da Companhia, a Diretoria aprovou, em 09 de agosto de 2022, os dividendos no valor de R\$7.776 mil, sendo pagos na data de 01 de dezembro de 2022.

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2021	1.944
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2021	5.832
	7.776

10. RECEITA

	2023	2022	2021
Receita de transmissão com energia elétrica	9.948	8.880	7.979
Deduções à receita operacional (a)	(1.748)	(1.403)	(497)
Receita operacional líquida	8.200	7.477	7.482

a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2023	2022	2021
PIS/Pasep e Cofins	920	823	159
Reserva Global de Reversão – RGR	711	471	253
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	23	25	18
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	34	31	27
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	33	30	13
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	16	15	27
CDE sobre P&D	11	8	-
Total das deduções	1.748	1.403	497

11. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B”

	2023	2022	2021
Pessoal (a)	412	161	-
Serviços de terceiros (b)	1.344	1.215	1.593
Materiais	131	-	-
Provisões	2	-	-
Depreciação e amortização	2.005	2.337	2.008
Outros custos e despesas operacionais	39	84	319
	3.933	3.797	3.920

a) Pessoal e administradores	2023	2022	2021
Pessoal			
Outros			
Convênio de compartilhamento	348	153	-
	348	153	-
Administradores			
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	64	8	-
Participação nos resultados			
	64	8	-
TOTAL	412	161	-

b) Serviços de terceiros

	2023	2022	2021
Operação e manutenção	934	883	1.252
Conservação e limpeza	301	122	-
Tecnologia da informação	80	36	103
Meio ambiente	-	-	47
Auditoria	-	30	102
Comunicação	-	-	44
Outros	29	144	45
TOTAL	1.344	1.215	1.593

12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022	2021
Receitas financeiras			
Renda de aplicação financeira	1.028	1.097	215
Crédito de PASEP/COFINS	(47)	(48)	-
Outras receitas financeiras	-	-	-
	981	1.049	215
Despesas financeiras			
Variação monetária	-	-	(1.044)
Outras despesas financeiras	(14)	(42)	19
	(14)	(42)	(1.027)
Resultado financeiro	967	1.007	(810)

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO REAL		
Lucro societário antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	11.556	11.556
Gratificação Administradores	2	0
Impairment	2	2
Realização Ativo de Contrato	6.218	6.218
Ativo de Contrato	(12.093)	(12.093)
Base de Cálculo	5.685	5.683
Aproveitamento Prejuízo Fiscal	(1.705)	(1.705)
Lucro Real	3.979	3.978
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	597	358
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	374	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	971	358
Ativo Diferido	4.513	4.513
Passivo Diferido	(12.093)	(12.093)
Base de Cálculo	(7.580)	(7.580)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(1.895)	(682)
IR/CS Ativo de contrato	1.468	529
	427	153
Corrente	971	358
Diferido Regulatório	427	152

	2022	
	Imposto de renda	Contribuição social
LUCRO REAL		
Lucro societário antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	14.005	14.005
Gratificação Administradores	1	0
Realização Ativo de Contrato	508	508
Ativo de Contrato	(13.109)	(13.109)
Base de Cálculo	1.405	1.405
Aproveitamento Prejuízo Fiscal	(422)	(421)
Lucro Real	984	983
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	148	88
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R\$240)	74	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	222	88
	1.087	374
Ativo Diferido	87	87
Passivo Diferido	(13.109)	(13.109)
Base de Cálculo	(13.022)	(13.022)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(3.256)	(1.172)
IR/CS Ativo de contrato	3.151	1.135
	105	37
Corrente	222	88
Diferido regulatório	105	37

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de conexão								
Cemig Distribuição	295	282	-	-	2.602	2.104	-	-
Encargos de transmissão								
Norte Energia	-	-	-	-	97	-	-	-
Aliança Energia	-	-	-	-	3	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	16	-	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	4.988	3.636	-	-

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	157	156	-	-	(466)	(195)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	68	64	-	-	(934)	(809)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	7.435	3.801	-	-	-	-

A Diretoria Executiva, mediante autorização do Conselho de Administração, aprovou a distribuição dos Dividendos no total de R\$ 3.634 mil em 2023 e R\$ 1.944 mil em 2021. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 9.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	1.187	988	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	2.606	5.861	-	-	129	295	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	22	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Em 31 de dezembro de 2021, as transações de partes relacionadas divulgadas nas demonstrações financeiras preparadas pelo antigo acionista, Cobra Brasil, se referiam todas as transações com a Companhia Energética de Minas Gerais nas seguintes rubricas e montantes: (i) contas a receber de R\$496; (ii) adiantamentos de R\$165; (iii) dividendos mínimos obrigatórios de R\$5.745; e (iv) adiantamento para futuro aumento de capital de R\$6.972.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	62	6
Participação nos resultados	14	2
Previdência privada	2	1
Total (1)	78	9

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

Em 31 de dezembro de 2021 não houve despesa com a remuneração dos administradores na Companhia. A remuneração foi realizada pelo ex-acionista, Cobra Brasil.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos							
Custo amortizado							
Concessionárias e permissionárias		740	740	871	871	853	853
Investimentos temporários		-	-	5.239	5.239	-	-
		740	740	6.110	6.110	853	853
Valor justo por meio do resultado							
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	1.845	1.845	988	988	155	155
Investimentos temporários							
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	2	249	249	644	644	-	-
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	1.606	1.606	-	-	707	707
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	724	724	-	-	-	-
Debêntures	2	28	28	-	-	-	-
		4.452	4.452	1.632	1.632	862	862
		5.192	5.192	7.742	7.742	1.715	1.715
Passivos							
Custo amortizado							
Fornecedores		(591)	(591)	(143)	(143)	(115)	(115)
		(591)	(591)	(143)	(143)	(115)	(115)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2023, 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto

aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores (2023)	591	-	-	-	-	591
Fornecedores(2022)	143	-	-	-	-	143
	734	-	-	-	-	734

Riscos regulatórios

A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.

16. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do ativo societário e regulatório

	Nota	2023			2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa		1.845	-	1.845	879	-	879	155	-	155
Investimentos temporários		2.606	-	2.606	5.861	-	5.861	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		741	-	741	871	-	871	853	-	853
Serviços em curso	16.2	130	(130)	-	-	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		107	-	107	142	-	142	-	-	-
Ativo contratual	16.1	-	8.701	8.701	-	8.371	8.371	-	7.492	7.492
Outros ativos		303	-	303	425	-	-	205	424	629
TOTAL DO CIRCULANTE		5.732	8.571	14.303	8.178	8.371	8.371	1.213	7.916	9.129
NÃO CIRCULANTE										
Investimentos temporários		-	-	-	22	-	22	707	-	707
Depósitos judiciais		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		878	-	878	547	-	547	1.272	334	1.606
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	233	(233)	-	-	-	-
Ativo contratual	16.1	-	104.219	104.219	-	89.654	89.654	-	82.856	82.856
Imobilizado	16.1	47.403	(47.403)	-	40.407	(40.407)	-	42.402	(42.355)	47
Intangível	16.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		48.281	56.816	105.097	41.209	49.014	90.223	43.384	40.835	85.216
ATIVO TOTAL		54.013	65.387	119.400	49.387	57.385	106.772	45.594	48.751	94.345

b) Conciliação do passivo societário e regulatório

	Nota	2023			2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE										
Fornecedores		591	-	591	143	-	143	165	-	165
Tributos a recolher		193	-	193	179	-	179	66	72	138
Encargos regulatórios	16.2	815	130	945	609	-	609	357	-	357
Dividendos a pagar		7.435	-	7.435	3.801	-	3.801	5.745	-	5.745
Partes relacionadas		157	-	157	156	-	156	-	-	-
Outras obrigações		14	-	14	14	-	14	178	-	178
TOTAL DO CIRCULANTE		9.205	130	9.335	4.902	-	4.902	6.511	72	6.583
NÃO CIRCULANTE										
Encargos regulatórios		24	-	24	-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos	16.4	-	10.445	10.445	-	8.867	8.867	-	8.067	8.067
Imposto de renda e contribuição social	16.5	607	22.446	23.053	-	20.477	20.477	-	17.601	17.601
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		631	32.891	33.522	-	29.344	29.344	-	25.668	25.668
TOTAL DO PASSIVO		9.836	33.021	42.857	4.902	29.344	34.246	6.510	25.741	32.251
PATRIMÔNIO LÍQUIDO										
Capital social		36.857	-	36.857	36.857	-	36.857	36.857	-	36.857
Adiantamento para futuro aumento de capital		13.792	-	13.792	13.792	-	13.792	6.792	-	6.792
Reservas de lucros	16.1	2.055	23.839	25.894	1.672	20.205	21.877	18.445	-	18.445
Prejuízos acumulados	16.1	(8.527)	8.527	-	(7.836)	7.836	-	(23.011)	23.011	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		44.177	32.366	76.543	44.485	28.041	72.526	39.083	23.011	62.094
PASSIVO TOTAL		54.013	65.387	119.400	49.387	57.385	106.772	45.594	48.751	94.345

c) Conciliação do resultado societário e regulatório

	Notas	2023			2022			2021		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA		9.948	14.895	24.843	8.880	7.692	16.572	7.979	9.683	17.662
Remuneração do ativo contratual	16.1	-	9.797	9.797	-	13.795	13.795	-	8.153	16.132
Receita de Construção	16.3	-	12.674	12.674	-	-	-	-	-	-
Receita de operação e manutenção	16.1	-	2.372	2.372	-	2.777	2.777	-	1.334	1.334
Outras receitas/Ajuste de revisão tarifária	16.1	-	-	-	-	-	-	-	196	196
Receita de transmissão com energia elétrica	16.1	9.948	(9.948)	-	8.880	(8.880)	-	7.979	(7.979)	-
TRIBUTOS		(920)	(1.578)	(2.498)	(823)	(714)	(1.537)	(159)	(1.497)	(1.656)
PIS/Pasep e Cofins	16.4	(920)	(1.578)	(2.498)	(823)	(714)	(1.537)	(159)	(1.497)	(1.656)
ENCARGOS – PARCELA “A”		(828)	-	(828)	(580)	-	(580)	(338)	-	(338)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(83)	-	(83)	(78)	-	(78)	(69)	-	(69)
Reserva Global de Reversão - RGR		(711)	-	(711)	(471)	-	(471)	(253)	-	(253)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(34)	-	(34)	(31)	-	(31)	(16)	-	(16)
RECEITA LÍQUIDA		8.200	13.317	21.517	7.477	6.978	14.455	7.482	8.186	15.668
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		8.200	13.317	21.517	7.477	6.978	14.455	7.482	8.186	15.668

CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		(3.933)	(6.995)	(10.928)	(3.797)	2.337	(1.460)	(3.920)	2.008	(1.912)
Serviços de terceiros		(1.344)	-	(1.344)	(1.215)	-	(1.215)	(1.593)	-	(1.593)
Materiais		(131)	-	(131)	-	-	-	-	-	-
Seguros		-	-	-	-	-	-	(91)	-	(91)
Pessoal		(412)	-	(412)	(161)	-	(161)	-	-	-
Provisões operacionais		(2)	-	(2)	-	-	-	-	-	-
Depreciação e amortização	16.1	(2.005)	2.005	-	(2.337)	2.337	-	(2.007)	2.007	-
Amortização direito de uso										
Custos de construção	16.3	-	(9.000)	(9.000)	-	-	-	-	-	-
Outros custos operacionais		(39)	-	(39)	(84)	-	(84)	(228)	-	(228)
RESULTADO DA ATIVIDADE		4.267	6.322	10.589	3.680	9.315	12.995	3.563	10.193	13.756
Resultado financeiro		967	-	967	1.007	-	1.007	(810)	-	(810)
Receitas financeiras		1.028	-	1.028	1.097	-	1.097	215	-	215
Despesas financeiras		(61)	-	(61)	(90)	-	(90)	(1.025)	-	(1.025)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		5.234	6.322	11.556	4.687	9.315	14.002	2.753	10.193	12.946
Despesa com tributos sobre o lucro	16.1	(1.908)	(1.997)	(3.905)	(453)	(4.285)	(4.738)	(1.319)	(3.442)	(4.761)
Resultado líquido		3.326	4.325	7.651	4.234	5.030	9.264	1.434	6.751	8.185

d) Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2023	2022	2021
Patrimônio líquido societário	76.543	72.526	62.094
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ativo contratual - CPC 47	(65.516)	(57.385)	(47.993)
Tributos IR/CS	33.150	29.344	24.982
Patrimônio líquido regulatório	44.177	44.485	39.083

e) Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2023	2022	2021
Lucro líquido societário	7.651	9.264	8.158
Efeito dos ajustes de práticas contábeis			
Ativo contratual - CPC 47	(2.320)	(2.693)	(4.717)
Depreciação e amortização	(2.005)	(2.337)	(2.007)
Total dos ajustes de práticas contábeis	(4.325)	(5.030)	(6.725)
Lucro líquido regulatório	3.326	4.234	1.434

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes para alguns itens do balanço e da demonstração de resultado.

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

16.1 Ativos vinculados à concessão - Transmissão

Na contabilidade societária, quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela disponibilidade/construção, operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura. Apenas após a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura, o ativo de contrato passa a ser classificado como ativo financeiro (contas a receber – concessionários – transporte de energia), uma vez que o recebimento da contraprestação somente depende da passagem do tempo.

Em conformidade ao previsto no CPC 47 Receita de Contrato com Cliente, na contabilidade societária é realizada a alocação da margem às obrigações de performance do contrato de concessão e determinada taxa implícita de desconto a ser considerada para reconhecimento da remuneração financeira.

A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente para o ativo de contrato, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

Na contabilidade regulatória, os saldos dos ativos vinculados à concessão da transmissão são apresentados nas rubricas de ativo Imobilizado e intangível, sendo os saldos ajustados pela base de remuneração regulatória (BRR) homologada na última revisão

tarifária e as adições ocorridas a partir dessa data com base no custo de aquisição, em conformidade à sua natureza, com o registro da depreciação, amortização e baixas dos ativos.

Em função das diferenças mencionadas acima, na contabilidade regulatória são reconhecidas as despesas de depreciação, amortização e realização dos ativos com efeito no patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial), sendo que na contabilidade societária a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato quando os valores são faturados, representados pela Receita Anual Permitida (“RAP”).

16.2 Serviços em curso - Serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.86 e 7.2.87 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

Na contabilidade societária esses valores são compensados com o passivo e apresentados pelo líquido em encargos setoriais, considerando a sua expectativa de realização.

16.3 Receita de construção e custo de construção

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção. Na contabilidade societária os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos. As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção.

16.4 Impostos, taxas e contribuições

Na contabilidade societária é registrado o diferimento de PIS/Pasep e Cofins sobre a remuneração financeira do ativo de contrato e sobre as receitas de construção e melhoria vinculadas aos contratos de transmissão.

Na contabilidade societária, as receitas de construção correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto, em conformidade ao previsto no CPC 47 – Receita de contrato de cliente e no Ofício Circular CVM/SNC/SEP 04/2020, emitido em 1º de dezembro de 2020. Mais informações na nota de conciliação nº 34.2.2.

Na contabilidade regulatória não são registrados receitas e custos de construção.

16.5 Efeitos fiscais – Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os efeitos fiscais em linha com a técnica de funcionamento 7.2.37 do MCSE e refletiu os impactos tributários decorrentes dos ajustes de diferença de práticas contábeis mencionadas acima.

* * * * *

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 14 de junho 2024

Outorgada: Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A

Fredstwon Reis Pereira
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente, em exercício

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador 1SP/242451-04

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019

Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:

(...)

XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL

Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.

Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.